



**ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER LEGISLATIVO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO/2007 a DEZEMBRO/2007**

**3º QUADRIMESTRE DE 2007**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso das suas atribuições privativas que lhe conferem o artigo 271 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº TC-06/2001, e o art. 90 da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000 e considerando a Decisão nº 1173/2005, aprovada pelo Tribunal de Contas na Sessão do dia 30/05/2005.

TORNA PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, relativo ao 3º Quadrimestre de 2007, conforme estabelecido nos artigos 54, 55 e 72 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

O Tribunal de Contas, para o exercício das competências definidas nos artigos 58 e 59 da Constituição do Estado e na Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2.000, conta com um corpo deliberativo de 07 (sete) Conselheiros, 03 (três) Auditores e um quadro funcional de 684 (seiscentos e oitenta e quatro) servidores técnicos e administrativos.

Estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas “[...] qualquer pessoa física ou entidade pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária”.(artigo 58, parágrafo único da Constituição Estadual).

As despesas do Tribunal de Contas estão demonstradas nas tabelas abaixo:

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DO TCE/SC EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – Janeiro/2007 a Dezembro/2007**

Despesa com Pessoal	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
<b>Despesa Bruta com Pessoal (I)</b>	<b>70.091.599,36</b>	<b>19.058,05</b>
Pessoal Ativo	45.769.291,57	19.058,05
Pessoal Inativo e Pensionistas	24.322.307,79	
Outras despesas de pessoal decorrentes de cont. de terceirização (art. 18 § 1º da LRF) 0,00	0,00	
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ART. 19, § 1º DA LRF) (II)</b>	<b>14.110.984,12</b>	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	5.913.663,64	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.197.320,48	
<b>TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)</b>	<b>55.980.615,24</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	8.498.348.005,31	
<b>% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (III / IV * 100)</b>	0,66	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I e II, art. 20 da LRF) - 0,80%</b>	67.986.784,04	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,76%</b>	64.587.444,84	

FONTE: AI, DAF e SEF.

**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**

LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V

			R\$
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
<b>DISPONIBILIDADE FINANCEIRA</b>	21.532.776,65	<b>OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS</b>	
Caixa	-	Depósitos	8.380,36
Bancos	21.532.776,65	Restos a Pagar Processados	
Conta Movimento	5.696.850,45	Do Exercício	-
Contas Vinculadas	-	De Exercícios Anteriores	-
Aplicações Financeiras	15.835.926,20	Outras Obrigações Financeiras	-
Outras Disponibilidades Financeiras		<Identificação das obrigações mais relevante Do Poder ou órgão >	
<b>INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)</b>	-	<b>SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)</b>	21.524.396,29
<b>TOTAL</b>	21.532.776,65	<b>TOTAL</b>	21.532.776,65
<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)</b>			1.935.347,33
<b>SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)</b>			19.589.048,96

FONTE: AI, DAF e SEF.

**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI

			R\$
RESTOS A PAGAR			
Inscritos	Suficiência	Não Inscritos	

ÓRGÃO	Processados		Não Processados	antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	por Insuficiência Financeira
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercício		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SC	-	-	1.935.347,33	21.524.396,29	-
TOTAL	-	-	1.935.347,33	21.524.396,29	-

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				
	Inscritos			Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Processados		Não Processados		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercício		
RECURSOS DO TESOURO-RECURSOS ORDINÁRIOS	-	-	1.935.347,33	21.524.396,29	-
TOTAL	-	-	1.935.347,33	21.524.396,29	-

FONTE: AI, DAF e SEF

#### DEMONSTRATIVO DOS LIMITES

LRF, art. 54 - Anexo VIII	R\$	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos 12 Meses (IV) = (I - II)	55.980.615,24	0,66
Limite Legal (incisos I e II, art. 20 da LRF)	67.986.784,04	0,80
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	64.587.444,84	0,76

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	1.935.347,33	21.524.396,29

FONTE: AI, DAF e SEF

Florianópolis, 30 de janeiro de 2008.

**José Carlos Pacheco**

Conselheiro Presidente do Tribunal  
de Contas do Estado de Santa Catarina.

**Wilson Dotta**

Diretor Geral de Planejamento  
e Administração

**José Roberto Queiroz**

Diretor de Administração e Finanças

**Otávio José Bolsoni**

Coordenador do Controle Interno